

Ata da 19ª Sessão Ordinária do 1º período da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de São João do Jaguaribe, CE. Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três (2023), às 16h30 (dezesseis e trinta). Na sala das Sessões da Câmara Municipal de São João do Jaguaribe, compareceram os vereadores: Alfredo Dami Gomes de Almeida, Augusto Sandro Chaves Costa, Carlos Antônio Gomes da Silva, David Salatiel Almeida Fernandes, Francisco Fernandes de Lima Júnior, Joelsona Lima Freire Martins, Kayo Heric Mendes Gomes, Maria de Fátima Nóbrega Maia, e Maria do Socorro Bezerra de Oliveira. Sob a presidência do vereador Kayo Heric Mendes Gomes e secretariado pelo vereador Carlos Antônio Gomes da Silva, os trabalhos foram abertos com número legal e na forma regimental. A seguir o Senhor Presidente solicitou de

Senhor Secretário faz a leitura da ata 18ª Sessão Ordinária do 1º período da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Logo em seguida o Senhor Presidente solicita do Senhor Secretário fazer a leitura das matérias do expediente: Ofício nº 22/2023, remetido ao Executivo Municipal. No pequeno expediente não houve vereadores inscritos. No espaço destinado ao grande Expediente o Sr. presidente concedeu a palavra ao vereador Augusto Sandro Chaves Costa. O vereador Augusto Sandro cumprimentou a todos e abordou o tema da recente decisão do Supremo Tribunal Nacional sobre o piso salarial da enfermagem. Como é de conhecimento geral, houve um aumento do piso salarial da enfermagem, porém surge a questão dos municípios que não possuem condições financeiras para arcuar com o valor devido. Nesse sentido, o Governo Federal disponibilizou mais de sete milhões de reais para auxiliar as cidades. Apesar disso, ainda existem alegações por parte dos municípios em relação à portaria do Ministério da Saúde que determina o valor a ser repassado para cada localidade, argumentando que o valor disponibilizado não é suficiente. O vereador mencionou o caso específico de São João da Figueirinha, que receberia vinte e cinco mil reais, mas necessita de cem mil reais. Passa embora sem ponto de vista, lê uma matéria relacionada ao assunto. Prorrogando, explanou a decisão do Supremo Tribunal no sentido de que os órgãos públicos, como estados, municípios e entidades filantrópicas, devem pagar o piso salarial dos profissionais da saúde de acordo com o repasse que receberam do governo federal. No entanto, informam que se esses repasses não forem suficientes para cobrir o piso, os gestores municipais podem pagar proporcionalmente sem sofrer penalidades. Essa decisão reconhece o merecimento dos profissionais da saúde, como enfermeiros, técnicos de enfermagem e paratécnicos. No entanto, o problema é que os municípios, especialmente os de pequeno porte, enfrentam dificuldades financeiras e dependem dos repasses adequados do Governo Federal para cumprir o piso salarial. Caso não recebam um repasse suficiente, esses profissionais ficam prejudicados financeiramente. A matéria anterior mencionada relata que a decisão do Supremo Tribunal motivou a categoria dos enfermeiros a se mobilizar e iniciar greves como forma de protesto. É lamentável que o piso salarial não possa ser cumprido integralmente, considerando a importância desses profissionais, especialmente durante a pandemia. Porém, se não houver repasses proporcionais, eles não serão beneficiados como deveriam. Em conclusão, expressou a esperança de que o repasse adequado seja realizado, pois isso é essencial para garantir o cumprimento do piso salarial dos profissionais da

saúde. O Presidente Kayo Gomes parabenizou seu colega pelo destaque dado a esse assunto e acrescentou que, frequentemente, a mídia repõe a situação do "aumento da piso salarial do enfermagem". Ele entando, é importante ressaltar que o Governo Federal repassou apenas vinte e cinco por cento do valor necessário, o que também ocorreu em nosso município. O Presidente expressou sua esperança de que o repasse seja realizado no valor adequado para essa classe trabalhadora, que indubitavelmente merece essa valorização. Prosseguindo o Sr. Presidente concedeu a palavra ao vereador Carlos Antonio Gomes da Silva. O vereador Carlos Vesper saudou a todos e iniciou seu discurso mencionando o importante multirão realizado de justiça em relação à previdência social, que foi uma iniciativa de suma importância e parabenizou a realização desse multirão. Expôs que no Vale da Jaguari havia uma grande quantidade de processos acumulados, mas, os que tudo indica muitos deles foram resolvidos e dirimidos. Anteriormente, havia mais de mil processos aguardando resolução, e agora, felizmente muitos trabalhadores poderão receber suas merecidas aposentadorias. Essa conquista representa um avanço significativo para a comunidade. O vereador Augusto Santos solicitou um aparte e expressou sua preocupação em relação as matérias recentes sobre o INSS, especialmente aquelas que abordam a análise dos benefícios previdenciários que ultrapassam a marca de um milhão. Destacou a realização de um multirão abrangendo todos os tipos de processos como uma medida importante e mencionou ter lido uma matéria que sintetiza sobre os planos do Governo Federal de realizar um concurso para contratar um número significativo de peritos, visando diminuir as longas filas de espera tanto por aposentadorias quanto para auxílio doença. Resaltou que o auxílio doença tem sido especialmente prejudicial para as pessoas que não conseguiram realizar sua primeira perícia, principalmente para os trabalhadores que atuam em empresas. Entendiam a necessidade de agilizar o processo de análise dos benefícios e garantir que aqueles que realmente precisam sejam atendidos de forma adequada no tempo certo. O vereador Carlos Vesper retomou a palavra e informou que o sistema 135, "Meu INSS", está fora do ar há quinze dias, o que tem causado prejuízos aos cidadãos que dependem dele. Também abordou a questão da mudança no pagamento no pagamento dos beneficiários, destacando que anteriormente era feito pelo Banco do Brasil, mas agora é feito pelo Banco do Nordeste. No entanto, ele salientou que essa decisão foi tomada pelo próprio INSS. O vereador Augusto Santos

20

com um breve comentário sobre essa situação e confirmou que essa mudança não gerou preocupação nas pessoas. Ressaltou que essa mudança afeta apenas aqueles que possuem apenas o cartão do INSS e não possuem conta corrente. O vereador Alfredo Delli realizou um aparte, expressando preocupações em conjunto com seus colegas e explicou uma situação relacionada. Segundo ele, o Banco está solicitando que os pessoas toquem cartões para podermos acessar seu dispositivos e deslocou que aqueles que preferem continuar no Banco do Brasil podem voltar e retornar para sua antiga conta, seguindo os procedimentos burocráticos necessários. Como apresentado, o vereador tem auxiliado as pessoas e esclarecidos os dúvidas a respeito deste assunto. O vereador Carlos Vespas retornou a palavra e concluiu seu discurso abordando a dificuldade encontrada com a política interna do Banco Nordeste, que historicamente tem apoiado os produtores rurais, mas que atualmente enfrenta desafios em relação ao programa "Agro Amigo". No entanto, ele expressou seu desejo de que o banco estabeleça uma maior aproximação e facilite o acesso aos seus serviços para os clientes. O presidente Kayo Gomes ressaltou a importância das informações mencionadas para a nossa população, especialmente considerando a presença significativa de idosos e a relevância da produção rural em nossa região. Prosseguindo, o Sr. Presidente solicitou do Sr. Secretário fazer a leitura do Edital da Ordem do dia - 1 - Segunda discussão e votação do Projeto de Lei Municipal nº 004/2023, na autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para exercício financeiro de 2024 e das outras providências. O vereador Augusto Sandro manifestou o desejo de discutir e relatar que na audiência pública que aconteceu sobre a LDO, abordaram sobre o assunto. Seguiu explicando que a LDO é uma lei anual em que o poder Executivo manda para dentro o orçamento do município. Continuando o Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 004/2023 em segunda votação, sendo aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes. O presidente Kayo Gomes usou da palavra e agradeceu a presença do público na sessão Ordinária e convidou a todos para a inauguração da Brinquedoteca, que ocorrerá no dia 07/07 às 17h. Além disso, o Presidente também convidou a todos para a disputa da copa do Brasil entre São João do Jacuipiranga e Bragatã, do Pará, que acontecerá no sábado, dia 08/07 às 20h, no ginásio municipal. Enfatizou a importância do apoio da sociedade e

ressaltou que cada jogo é decisivo para a busca por essa conquista. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão e confirmou que a próxima Sessão Ordinária, será realizada no dia 12 de julho de 2023. E em Carlos Antonio Gomes da Silva, lavrei a presente ata, que depois de lida e posta em discussão, re aprovada, será assinada pelo Presidente, Secretaris e demais Vereadores presentes. Sala das Sessões da Câmara Municipal de São João de Jaguaribe, em 05 de julho de 2023.

~~Carlos Antonio Gomes da Silva~~
~~Fredesildo~~
~~...~~

Joselma Lima Figueiredo
 Maria de Fátima Nobre Maia
 Maria do Socorro B. de Oliveira
 Alfredo Davi Gomes de Almeida
 David Sabatini Albuquerque Fernandes
 Kayo Alônis Marcelle Gony.